

Divisão Académica

***Mestrado Profissionalizante
2014-2015***

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO
(TURMA B)**

REGÊNCIA: PROF. DOUTOR MIGUEL ASSIS RAIMUNDO

Sumário – *Summary*

O programa da disciplina aborda os principais temas do Direito do Contencioso Administrativo, na perspectiva própria do mestrado profissionalizante em Direito Administrativo, ou seja, com uma orientação para a aplicação prática do Direito e a integração na vida profissional.

No presente momento, o tratamento desses temas não pode ser separado de uma análise dos projectos legislativos que actualmente se encontram em discussão pública e que visam reformar com profundidade o sistema de contencioso administrativo português, ao mesmo tempo que está em fase final de aprovação um novo Código do Procedimento Administrativo cujas implicações em sede contenciosa são também significativas.

Em termos de sequência do curso, as primeiras aulas privilegiarão a abordagem dos pontos estruturais do programa pelo Regente, após o que as aulas se irão desenvolver em regime de investigação, apresentação e debate de temas pelos alunos. Neste âmbito, será privilegiado o trabalho de análise e comentário a jurisprudência relevante para a disciplina, podendo ainda recorrer-se à resolução de hipóteses práticas.

A avaliação é feita através dos trabalhos realizados em aula (25%) e da apresentação de um trabalho escrito final (75%).

The course approaches the main topics of the Law of Administrative Courts and Litigation, with an orientation towards its practical implications and integration in professional life, which characterizes the Master Course in Administrative Law.

At the present time, such a task may not be separated from an analysis of the legislative reforms currently under way, which will introduce significant changes to the Portuguese Administrative Litigation system.

Divisão Académica

The first classes will be a presentation, by the Professor, of the structural points of the syllabus. After this classes will enter into a methodology of investigation, presentation and discussion of topics by the students. In what regards this, the analysis and comment of relevant case-law will be of paramount importance, and practical hypothetical cases may also be presented in order for the students to solve them in class, due to the side of professional integration present in this Masters Course.

Evaluation will be made through work performed in class (25%) and through the drafting of a final written paper (75%).

Programa

§ 1.º - A jurisdição administrativa

- 1.1. Fontes
- 1.2. Delimitação e organização da jurisdição administrativa
- 1.3. Perspectivas de alargamento e redefinição da jurisdição administrativa e alterações à organização judiciária no Anteprojecto de Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

§ 2.º - Princípios do processo administrativo

- 2.1. Princípios gerais
- 2.2. Princípios específicos do processo administrativo

§ 3.º - Pressupostos processuais gerais, valor da causa e formas de processo

- 3.1. Pressupostos relativos às partes
- 3.2. Regras sobre competência
- 3.3. Valor da causa
- 3.4. Formas de processo

§ 4.º - Meios principais: acção administrativa comum

Divisão Académica

- 4.1. **A dicotomia acção comum-acção especial: debate doutrinal, aplicação jurisprudencial, proposta de eliminação no Anteprojecto de Código do Processo nos Tribunais Administrativos**
- 4.2. **Pedidos formulados na acção administrativa comum**
- 4.3. **Pressupostos processuais específicos**
- 4.4. **Marcha do processo - remissão**

§ 5.º - Meios principais: acção administrativa especial

- 5.1. **Objecto**
- 5.2. **Impugnação de actos administrativos**
- 5.3. **Condenação à prática de acto devido**
- 5.4. **Contencioso das normas**
- 5.5. **Marcha do processo**
- 5.6. **Propostas de reforma do Anteprojecto de CPTA**

§ 6.º - Meios principais urgentes

- 6.1. **Contencioso eleitoral**
- 6.2. **Contencioso pré-contratual**
- 6.3. **Intimação para a prestação de informações, consulta de processos e passagem de certidões**
- 6.4. **Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias**
- 6.5. **As novidades do Anteprojecto de CPTA em matéria de processos principais urgentes**

§ 7.º - Processos cautelares

- 7.1. **Objecto**
- 7.2. **Marca do processo e relação com a causa principal**
- 7.3. **Providências especificadas**
- 7.4. **Incidentes da tutela cautelar**
- 7.5. **Os pontos de reforma da tutela cautelar no Anteprojecto de CPTA**

§ 8.º - Recursos jurisdicionais

- 8.1. **Tipos de recursos**
- 8.2. **Regime dos recursos**

§ 9.º - Execução de sentenças



Divisão Académica

- 9.1. Função e pressupostos**
- 9.2. Execução para prestação de factos ou coisas**
- 9.3. Execução para pagamento de quantia certa**
- 9.4. Execução de sentenças anulatórias de actos administrativos**
- 9.5. A execução de actos administrativos na sequência do novo Código do Procedimento Administrativo e do Anteprojecto de CPTA**

§ 10.º - Arbitragem e outros modos alternativos de resolução de litígios

- 10.1. Matérias abrangidas pela permissão de arbitrabilidade**
- 10.2. Regras aplicáveis ao funcionamento do tribunal arbitral**
- 10.3. Outros modos alternativos de resolução de litígios administrativos**



Divisão Académica

Bibliografia*

AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO, *Manual de Processo Administrativo*, Coimbra: Almedina, 2010.

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE/CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 3.^a edição, Coimbra, 2010.

BRITO, WLADIMIR, *Direito Processual Administrativo*, 2.^a edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

ESTEVES DE OLIVEIRA, MÁRIO/ESTEVES DE OLIVEIRA, RODRIGO, *Código de Processo nos Tribunais Administrativos, vol. I, e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais Anotados*, Coimbra: Almedina, 2004.

PEREIRA DA SILVA, VASCO, *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise. Ensaio sobre as acções no novo processo administrativo*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina, 2009.

SÉRVULO CORREIA, JOSÉ MANUEL, *Direito do Contencioso Administrativo*, Vol. I, Lisboa: Lex, 2005.

VIEIRA DE ANDRADE, JOSÉ CARLOS, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 10.^a ed., Coimbra: Almedina, 2012.

Nota: Sobre os projectos de reforma das leis administrativas, substantiva e processual, a acompanhar em conjunto, atentas as implicações recíprocas, a produção bibliográfica é já significativa, sendo conveniente a consulta dos diversos estudos contidos, especialmente, nos n.ºs 100, 101 e 102 dos *Cadernos de Justiça Administrativa*; no n.º 4 de *Direito & Política*, e nos n.ºs 1 e 2 de *e-Publica – Revista Eletrónica de Direito Público* (disponível em www.e-publica.pt).

* Inclui apenas bibliografia de referência em língua portuguesa. Referências específicas de aprofundamento serão dadas para cada parágrafo do programa.